

COORDENAÇÃO
HIGOR VINICIUS NOGUEIRA JORGE
MARIANA ALVES MACHADO NASCIMENTO

MICROAGRESSÕES

DE GÊNERO

**A VIOLÊNCIA SUTIL NO UNIVERSO
FEMININO**

2026

CAPÍTULO 2

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: CAMINHOS PARA UM FUTURO SEM MICROAGRESSÕES E PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO¹

Christiany Pegorari Conte²

Patrícia Pacheco Rodrigues Machida³

-
1. A pesquisa bibliográfica aqui apresentada foi realizada de forma automática na base Google Acadêmico, escolhida por ter proporcionado uma maior quantidade de resultados na busca de artigos indexados, proporcionando pesquisar amplamente a literatura acadêmica da *internet*. No método de busca “anyfield”, foram feitas buscas com as palavras-chave na combinação usando o operador booleano “and” para “violência doméstica” e “ciberfeminismo”. Para essa combinação, retornou a quantidade de resultados da busca, 322 títulos. Passou-se à etapa de refinamento, utilizando-se de métodos e ferramentas da pesquisa meta-analítica, filtrando-se apenas artigos, publicados no idioma português brasileiro, com objetivo de mapear a produção no período da cibercultura que emergiu na década de 1980 até 2023. Partindo-se para a avaliação da qualidade dos estudos, foi realizada a leitura apenas de artigos (excluídas: teses, dissertações, tcc, coletâneas e anais de eventos, capítulos de livros, livros/e-books e textos não disponíveis para acesso *online*), buscando assim uma maior segurança no processo de inclusão/exclusão com a análise crítica do conteúdo daqueles que continham as palavras-chave. Trata-se, nesse momento, da etapa da pesquisa exploratória de bibliometria, com maior nível de subjetividade. Portanto, não se descarta a hipótese de que outros artigos relevantes podem ter sido não incluídos nesta seleção final, uma vez que se vale na pesquisa de palavras-chave de indexação que podem não refletir, fidedignamente, a temática e o teor dos artigos. Em seguida, com base nas questões problema definidas, procedeu-se a análise detalhada de todas as palavras-chave na ementa disponibilizada na página de resultados, com vistas a identificar os títulos com link de acesso ao periódico associado, e assim, obter o maior número possível de trabalhos correlatos. Desta feita, passou-se a armazená-los na biblioteca do Google Scholar (uma coleção pessoal de artigos). E desta análise restou o total de 46 resultados, os quais são apresentados neste capítulo seus enfoques e contribuições do “estado da arte” deste tema nesta pesquisa.
 2. Advogada. Doutora em Educação pela PUC Campinas. Mestre em Direito da Sociedade da Informação pela FMU/SP. Professora de Direito Processual Penal da PUC Campinas.
 3. Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Nove de Julho. Estagiária de Pós-doutoramento em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (PPGCis-Uninove). Delegada de Polícia Civil

INTRODUÇÃO

A experiência feminista na era digital vem sendo explorada numa intrínseca relação com as máquinas que não permitem que o mundo seja enxergado a partir de binarismos fáceis e estruturantes do pensamento científico, como natural e artificial, físico e imaterial, humano e animal. Novos tempos estão sendo vividos, nos quais as tecnologias interferem e moldam as subjetividades e modos de vida, sobretudo os das mulheres. Todos os limites entre o natural e o artificial, o físico e o imaterial, o real e o virtual estão sendo desafiados. Assim é necessário, definir a experiência feminista desta quarta onda, que tem sido construída intensamente nas redes digitais. (MARTINEZ, 2021)

A influência da tecnologia na organização dos movimentos feministas adveio da cibercultura, que emergiu na década de 1980 e teve como uma de suas obras de referência o “Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no Final do Século XX,” da filósofa e bióloga Donna Haraway, que apesar de ter sido proposta em 1985, continua relevante e atual. A autora resume seu manifesto em dois argumentos, quais sejam: a construção de uma teoria universal parece ser um equívoco, pois não consegue abarcar completamente a realidade; e a responsabilidade de afastar o fazer científico e tecnológico de visões demonizadoras e da anticiência. Assim, a autora recomenda um processo em espiral de construção e desconstrução, em uma cadência que se opõe às dualidades do mundo, pensar em como as relações sociais se reconfiguram neste contexto cibernético. (SIMÕES, 2023)

O surgimento da internet na década de 1980 trouxe uma mudança significativa na comunicação, descentralizando-a em relação aos meios de comunicação tradicionais. A interação virtual levou ao desenvolvimento de redes sociais digitais que se baseiam nas relações entre atores e suas conexões, com um foco na estrutura social em rede. O ciberespaço resultante dessas conexões permitiu uma comunicação mais horizontal e democrática, alterando a forma como as pessoas se comunicam e se informam. Nesse

em São Paulo no Departamento de Inteligência. Professora de pós graduação e da Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJSP. Palestrante, Autora, Coordenadora, Organizadora e Coautora em obras Jurídicas e de Educação e de artigos científicos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5702557396011791>. Homepage: <https://unino.academia.edu/PatriciaPachecoRodriguesMachida>.

contexto, a cibercultura fomentou o desenvolvimento de ações coletivas em busca de mudanças sociais, independentemente da origem geográfica. (LAMARTINE, 2021)

Foi SadiePlant uma das teóricas que, ao examinar o movimento feminista na década de 90 no contexto da tecnologia e das redes, introduziu o termo “ciberfeminismo”(combinação das palavras “feminismo” e “cibernético”amplamente utilizado para descrever a esfera tecnológica computacional e a imersão na internet)⁴ e foi pioneira ao teorizar sobre a aceleração do processo cibernético, que implicava um processo de feminização da cultura como um tipo de feminismo aceleracionista.(PINHEIRO, 2021)

O ciberfeminismo permitiu a disseminação dos ideais feministas, empregando discursos baseados em experiências sociais e promovendo a troca de opiniões e ações coletivas, o que levou ao surgimento da quarta onda do movimento feminista, que caracteriza seu emergir principalmente nas redes e plataformas digitais. Representa um poderoso meio de unir mulheres em todo o mundo por meio de diversos ambientes online, quebrando barreiras geográficas e possibilitando a organização e troca de ideias. Esse movimento contribui para ampliar a consciência social e mobilizar a opinião pública, transformando os relacionamentos entre poder e cultura e impactando as formas de manifestações públicas e políticas. (LAMARTINE, 2021)

Para COSTA (2020, p. 76) o feminismo é dividido em três ondas clássicas. A primeira onda feminista, ocorrida na década de 1920, deu início à luta pela igualdade política e jurídica das mulheres pelo movimento sufragista. Contudo, desde a Revolução Francesa (1789-1799) já foi um período ativo de reivindicações pela igualdade de gênero, pois foi um momento em que as comparações entre homens e mulheres saíram do centro do debate político e a reflexão sobre a igualdade tornou-se uma realidade possível de ser alcançada. A década de 1920 revelou também o surgimento de diferentes prioridades para as diferentes classes sociais. A elite tinha em suas principais reivindicações o papel do casamento, a promoção da educação

4. “Desde 1990, década do advento da internet comercial, são comuns referências ao termo ciberfeminismo, sendo que vários grupos foram aglutinados dentro dessa categoria (tecnofeminismo, pósfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, póspornografia e ativismo riot-grrrl).” Cf. DE TILIO, Rafael; DEL NERO, Paola Marques. Análise do Discurso no blog RadFem: ser mulher para além do corpo. Revista de Estudos da Linguagem, v. 27, n. 1, p. 401-422.

inexistente e o acesso à igualdade de direitos, enquanto a classe trabalhadora destacou a desigualdade salarial.

A segunda onda feminista, reconhecida no período da década de 1960 até 1980, representou uma continuação da primeira onda, mas com abordagens diferentes. Nessa fase, o movimento feminista buscava especialmente o fim da discriminação e a completa igualdade, destacando as diferenças e a subjetividade, bem como os direitos relacionados à sexualidade das mulheres. Nesse período, também resta evidente as desigualdades culturais e políticas das mulheres, indissociavelmente ligadas. As encorajam a compreenderem aspectos que afetam suas vidas pessoais, para serem capazes de refletir sobre a sua condição, direitos e lugar no mundo, expandindo-se para preservar o seu lugar em sociedades ainda tradicionais com ideais sexistas (COSTA, et.al., p.77).

A passagem da segunda para a terceira onda traz a inclusão da diversidade e as questões econômicas e sociais, permitindo que múltiplas vozes se reunissem na busca da igualdade. A terceira onda, ainda em curso, é uma longa jornada que enfrenta diferentes formas de discriminação, segregação, violência e, desvalorização numa sociedade ainda sexista. Entre essas conquistas no espaço político e social, está uma nova concepção de sexualidade que confere maior autonomia, liberdade e valor às mulheres, mitigando assim as desigualdades entre os sexos, que desencadeou profundo questionamento sobre o lugar das mulheres na sociedade. (COSTA, et.al., p.78)

A terceira onda feminista, que teve início na década de 1990, surgiu como uma correção das falhas e lacunas deixadas pelas ondas anteriores. Nesse novo momento, o movimento feminista passou a discutir o conceito de gênero e a denunciar a opressão das mulheres, principalmente da crítica à cultura que separa o feminino do masculino, usando a distinção de gênero para desvalorizar a mulher. Além disso, houve um maior destaque para situações vividas por mulheres de diferentes condições sociais e étnicas. A partir dos anos 90, surgiu a ideia de ciberfeminismo, que vem sendo considerado como a quarta onda do movimento feminista, que utiliza a tecnologia como ferramenta de empoderamento das mulheres, promovendo diversidade, estratégias e a busca pela identidade, sexualidade e gênero livre. (MATOSO DA SILVA, et.al., 2018, p. 133)

O feminismo associado ao uso crescente da internet, está cada vez mais concentrado nos países da América Latina, e, apesar de intrinsecamente

ligado aos movimentos feministas tradicionais, também possibilita que outros grupos de mulheres não representados por esses movimentos sociais tenham voz e espaço para se expressarem e serem ouvidas. O foco atual deste movimento feminista é contra a violência doméstica e para denunciar a violência sexista ‘cotidiana’, ao mesmo tempo em que se discute a linguagem e a igualdade de tratamento. As expressões geradas nas plataformas digitais são termos que vem se tornando cada vez mais populares nesta quarta onda, quais sejam, *gaslighting*, *slut-shaming*, *mansplaining*, *maninterrupting* e *bropropriating*, que são palavras que definem abuso psicológico, moral e intelectual baseado no gênero. (COSTA, et.al., p.81)

No contexto atual, aponta também para uma possível quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada pelo uso da internet e das redes sociais para mobilização e divulgação do feminismo. O movimento feminista brasileiro é diversificado, abrangendo mulheres de diferentes origens, classes sociais e orientações, mas que ainda enfrentam preconceito e discriminação. E entende-se que é importante envolver os homens na luta feminista e conscientizá-los sobre a necessidade de redefinir os papéis de gênero nas relações sociais, a fim de alcançar a igualdade almejada desde o início do século XX. (FELGUEIRAS, 2017, p. 120)

Após muitas décadas desde o início do movimento feminista, nos quais foram conquistados direitos como o voto, o trabalho e o estudo, ainda persistem desigualdades significativas entre homens e mulheres, principalmente nas relações afetivas, na sociedade e na cultura. As mulheres continuam sobrecarregadas com a dupla jornada, o que limita o tempo de lazer, estudo e seu crescimento pessoal e profissional, em que ainda é necessário que os homens compartilhem dessas responsabilidades igualmente. Em pleno o século XXI, as mulheres ainda não têm controle total sobre seus corpos, incluindo direitos reprodutivos e sexuais. (FELGUEIRAS, 2017, p.119)

Nesse sentido, o espaço público deve acolher a condição humana em sua diversidade, dessa forma, com os debates sobre o feminismo se intensificando em novos espaços “públicos” nos ambientes virtuais, haverá necessidade de reestruturação da esfera pública. A redefinição do público/privado só pode ocorrer se os indivíduos mantiverem uma preocupação política ativa ou uma preocupação com o mundo, em vez de se concentrarem meramente em questões pessoais e privadas. (COSTA; et al., 2022, p.103)

Assim, o ciberfeminismo emerge como um elemento político que impulsiona e influencia a mobilização social ao abordar questões de gênero por meio do ciberespaço. Ademais, visa contribuir para os estudos feministas nos meios de comunicação, examinando o espaço digital como um campo de reflexão e ação para o ativismo feminista, discutindo a representação midiática da mulher no contexto da violência doméstica, que perpetua desigualdades e estereótipos na sociedade patriarcal. A distinção entre o público e o privado, que costumava ser um obstáculo à articulação feminista, parece ter diminuído com a presença do espaço digital, permitindo que as mulheres se aproximem de questões de gênero e busquem uma mudança social real. (LAMARTINE, 2021)

Em especial, três experiências ciberfeministas, VNS Matrix, OBN e Ni Una Menos possibilitam a visualização da mudança paradigmática do ciberfeminismo, que é constituído contemporaneamente como uma nova rede social tecida pelas feministas. A VNS Matrix – VeNuS – foi um coletivo artístico, que surgiu em 1991 (e foi extinto em 1997), na Austrália, seu nascimento ocorreu concomitantemente à difusão da rede mundial de computadores, Word Wild Web (WWW). Foram responsáveis por criar uma estética feminista, amparada na contracultura, ao idealizar *outdoors*, jogos de computador, vídeos, *websites*, textos online, pornografia e códigos que subvertiam o patriarcado: irreverência, poder, ironia, guerrilhas feministas, sexualidade, humor e música eram a marca da atuação (FERREIRA, 2020, p. 2263).

A VNS Matrix pode ser considerada pioneira nas ações ciberfeministas, com conteúdo *geek*, *ciberpunk* e feminista, baseado na ideia de Donna Haraway. O I Encontro Internacional Ciberfeminista, a *FirstCyberfeminist* Internacional, realizado em Kassel, Alemanha, em 1997, é considerado um marco na primeira onda ciberfeminista, a ideia era discutir as novas representações midiáticas e atuações das mulheres na/em rede. As 100 Anti-Teses, que indefiniam o conceito de ciberfeminismo, foram propostas e além disso, surgiu a OBN (Old Boys Network), organização fundamental para ampliar a difusão do ciberfeminismo. (FERREIRA, 2020, p. 2263-2272)

A Old Boys Network (OBN – sátira a um tipo de rede masculina em que homens mais velhos auxiliam os mais novos) é um grupo de ciberfeministas que nasceu em Berlim, Alemanha, em 1997, que também realizou trabalhos de cunho artístico, com a intenção de propagar suas ideias por meio de um site ativo até hoje, com posters, textos e vídeos. Inicialmente,

suas ações e objetivos se assemelhavam aos do VNS Matrix, que buscava a descorporificação no ciberespaço, porém, ao longo do tempo, aproximou-se de uma concepção e prática social do ciberfeminismo. A segunda onda ciberfeminista, liderada pela OBN, introduziu discussões políticas mais profundas e estabeleceu uma identidade teórica para o ciberfeminismo. Eventos como a *NextCyberfeminist* Internacional e a *VeryCyberfeminist* Internacional foram nesse processo, enfocando questões de diversidade, interseccionalidade e definindo o ciberfeminismo como “feminismo em relação à mídia digital”, contribuindo para a formação de uma nova rede social feminista no ciberespaço. (FERREIRA, 2020, p. 2273)

O hacktivismo, a ironia, a informática, *geek*, *cyberpunk* e artística foram sobrepostos no ciberfeminismo por VNS e OBN. No entanto, à medida que as feministas migravam para a internet em meados da década de 1990, o conceito de ciberfeminismo passou por uma mudança prática com a popularização dos dispositivos móveis e o uso massivo da internet. O ciberfeminismo social ganhou a popularização das redes sociais, que conferiram à internet uma verossimilhança com o espaço público. O movimento “Ni Una Menos”, da Argentina, exemplifica essa nova abordagem do ciberfeminismo, conectando mulheres por meio das redes sociais, mobilizando greves e manifestações internacionais. Trata-se de uma rede interseccional, social, transnacional e ciberfeminista, usando a internet e as mídias digitais para propagar, engajar e articular suas atividades e pautas. Essa mudança paradigmática no conceito de ciberfeminismo reflete a evolução das práticas feministas no contexto das tecnologias de informação e comunicação. (FERREIRA, 2020, p. 2290)

A trajetória do Ni Una Menos como uma Rede de Ativismo Transnacional Feminista destaca a emergência dos feminismos transnacionais como parte integral da sociedade contemporânea, independentemente do acesso das mulheres a recursos de comunicação e participação política no cenário público e internacional. Foi moldada significativamente pelos elementos de solidariedade internacional no movimento feminista, sua mobilização não buscou necessariamente apoio internacional para ampliar os canais de comunicação e participação política com os Estados, mas construiu uma estratégia que envolveu a sociedade civil, figuras públicas do Estado, empresas e mídia no debate contra a violência de gênero. (MARQUES, 2019, p.62-77)

Os feminismos latino-americanos se destacam por sua disseminação em pontos-chaves em diferentes contextos, tanto formais quanto informais, ampliando as vozes das mulheres marginalizadas na agenda política dos Estados. Assim como, o uso eficaz do ciberespaço como um campo de ação discursiva, especialmente nas redes sociais na América Latina. O movimento Ni Una Menos conseguiu criar espaços de memória política para a violência de gênero, destacando as identidades, nomes e histórias das mulheres vítimas de feminicídio. Portanto, transformou essas vítimas, frequentemente reduzidas a números ou estatísticas, em mulheres com histórias a serem contadas. Essa abordagem simbólica chamou a atenção para a necessidade de uma mudança estrutural na sociedade civil latino-americana e para a preservação de suas identidades e interseccionalidades. (MARQUES, 2019, p.87)

Entretanto, para compreender essa relação do digital e a militância de mulheres em movimentos sociais na contemporaneidade, é necessário retomar um pouco na história desse movimento de mulheres no Brasil. Ressalta-se os objetivos e manifestações do feminismo no país, como um movimento difuso que caracteriza duas tendências, a primeira, datada do final do século XIX até 1932, e a segunda marcada pelo período pós-1968⁵. No início do século XX torna-se um importante cenário de movimentos de mulheres que buscavam uma maior articulação e participação nas decisões do país, advindo em 1932 o direito ao voto. O ano de 1975 foi um grande marco histórico para as mulheres do Brasil, pois além da ONU defini-lo como o ano internacional da Mulher, adveio a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. (RUIZ, 2020, p. 1017-1019)

Nos anos oitenta, muitas das mulheres que estavam exiladas na Europa e nos Estados Unidos em razão da ditadura, voltaram ao país para instituir uma nova memória social e de resistência. A violência contra a mulher, nessa época, tornou-se tema oficial pela primeira vez e foi discutido publicamente com a ratificação do governo brasileiro da Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

5 Céli Regina Jardim Pinto é autora de uma das principais obras sobre o feminismo no Brasil, "Uma história do feminismo no Brasil" de 2003, livro organizado com informações coletadas das escritoras feministas: Albertina Costa, Anette Goldberg, Mary Castro, Moema Toscano, Mirian Goldberg, Mirian Grossi, Miriam Moreira Leite, SchumaShumaker, Sonia Álvares e Vera Soares. Cf. RUIZ, Marco Antônio Almeida. O corpo feminino em discurso: memória e (r) existência. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 49, n. 2, p. 1014-1032, 2020.

Em 1985, foi criada a primeira Delegacia da mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1994, ainda sobre o combate à violência contra a mulher houve a ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres. (RUIZ, 2020, p. 1020-1021) Nesse mesmo sentido estão as três grandes ondas⁶ que geralmente são representadas no pensamento feminista.

Na Constituição Federal brasileira destaca-se não apenas a presença feminina na Assembleia Constituinte, mas também os direitos conquistados devido ao protagonismo das mulheres neste espaço de poder. Após o lobby do batom, a participação das mulheres na vida política no Brasil mudou significativamente. Nos últimos anos, o feminismo vem ampliando a interlocução com os poderes constituídos e conquistando mais direitos para as mulheres, além de monitorar seu cumprimento e exigir políticas públicas para efetivá-los. Apesar das conquistas, a interpretação e aplicação das normas constitucionais no Brasil ainda é predominantemente feita por homens, especialmente no Judiciário, que é majoritariamente masculino. (DA SILVA; WRIGHT, 2015) Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução CNJ n. 255 – 2.^a edição como uma política que vem, desde 2018, promovendo diversas ações, programas e diretrizes voltadas à redução da desigualdade de gênero na Justiça brasileira.⁷

Embora o feminismo negro seja apresentado como novidade nas redes sociais, sua trajetória ainda é pouco discutida e já conta com quatro décadas de história no Brasil, com uma produção teórica sólida e nomes

6. “a primeira onda, data do final do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial e configura um feminismo demarcado pela luta por conquista de direitos, como o voto e condições dignas de trabalho e educação, esta onda é marcada pela ascensão do movimento sufragista principalmente nos EUA e na Inglaterra. A segunda onda é definida pelo período de efervescência política e cultural da década de 1960 e advém de um processo de transformações na economia mundial e transnacionalização dos estados capitalistas, esta onda deflagra o início da produção teórica e a força da prática militante do movimento sob o escopo do feminismo radical. Ordenado pelo direito a liberdade sexual das mulheres, o feminismo da segunda onda institui a politização dos espaços cotidianos de opressão e fomenta a vinculação de políticas de identidade e reconhecimento ao enriquecer seu debate com o slogan “o pessoal é político”. A terceira onda do feminismo, ou feminismo contemporâneo, como preferimos denominar, é assinalada através das vertentes que surgem a partir do final da década de 1980 até a atualidade. Este feminismo contemporâneo é configurado a partir da multiplicidade e alastramento do movimento pelo mundo enquanto filosofia política, pela definição heterogênea das opressões e das identidades das mulheres, institucionalização e forte produção acadêmica.” (TOMAZETTI; BRIGNOL, 2015, p.33)

7. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-aprova-regra-de-genero-para-a-promocao-de-juizes-e-juizas/>. Acesso em 01/10/2023.

que se tornaram referência na luta antirracista, como Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro. O mundo digital, tem possibilitado dar visibilidade às próprias narrativas contra hegemônicas por ciberativistas negras, e têm sido usado por mulheres negras, lésbicas e transexuais para ampliar seu acesso a direitos e oportunidades, modificar a imagem estereotipada que a sociedade brasileira tem desses grupos e favorecer condições para uma vida mais digna. E para esse grupos ainda há desafios na web que incluem a limitação de acesso à internet, a insuficiência de escolarização e letramento digital, sendo ainda necessária a análise sobre os feminismos na internet numa perspectiva interseccional que considere além de raça e gênero, a classe, escolarização e região. (DA CONCEIÇÃO LIMA, 2019, p. 49-70)

Ainda sobre como integrantes do Poder Judiciário encaram seu papel na garantia dos direitos das pessoas LGBTI+ no interior do Sistema de Justiça, é importante destacar o princípio constitucional da autodeterminação de gênero que tem assento constitucional e *status* de direito fundamental. Portanto, a hermenêutica constitucional não pode restringi-lo com base em critérios de moralidade conservadora, segurança ou intimidade de terceiros/as. Dado que pessoas travestis e transexuais são sempre sujeitos/as de direito, e não apenas quando performam gênero de determinada maneira. Assim, o desafio do Judiciário também é preparar e humanizar seus membros para lutar contra preconceitos e para tanto precisa exercer uma revisão crítica da forma como pauta princípios inerentes a essa minoria, especialmente na sua própria gestão de pessoas. A inclusão de identidades de gênero divergentes do padrão binário é necessária para a completa diversidade buscada pela Agenda 2030 e na Resolução 400 do CNJ⁸. (RODRIGUES, 2019, p. 75)

A inserção social da identidade dos grupos LGBTQIA+ está se mostrando como uma possibilidade em construção também nas redes sociais. No contexto da diversidade e da sustentabilidade na sociedade contemporânea, mostra-se fundamental perceber às alterações das representações

8. A Agenda 2030 da ONU é um plano global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visa equilibrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. A Resolução nº 400 do CNJ alinha o Poder Judiciário brasileiro a essa agenda, estabelecendo diretrizes para promover sustentabilidade, transparência e acesso equitativo à justiça, e reforça o compromisso do Judiciário com os direitos fundamentais e o fortalecimento das instituições democráticas.

das homossexualidades, incluindo as afetivas e sexuais, alinhada à luta histórica de atores que buscam visibilidade, respeito e acesso a direitos humanos. A rede social *Facebook* vem permitindo que anunciantes e marcas busquem engajar seus públicos a partir de uma temática, neste momento em que as redes sociais pautam significativamente o espaço público mediado pelas postagens de internautas que se tornam produtores de conteúdo e ativam uma outra forma de marcar suas posições. Esses desdobramentos, permitem identificar estratégias geradoras de laços que revelam as relações de poder, as tensões e as rupturas que a temática provoca, ao mesmo tempo em que é alvo de regulação e construção para além de modelos heteronormativos, contribuindo para um tensionamento na sociedade, repensando modelos. (RODRIGUES, 2019, p. 98)

No Brasil, o ano de 2015, chamado de “Ano da Primavera das Mulheres” em referência à Primavera Árabe, representou o ápice de uma crescente mobilização físico-virtual que revelou, ainda mais a expressão dos direitos das mulheres. Pesquisas no Google aumentaram utilizando os termos “feminismo” (86,7%) e “empoderamento feminino” (354,5%), e portanto esses dados expressaram diversos movimentos, e comprovam que o ativismo em rede, constitui uma ferramenta educativa e de comunicação política para a formação das mulheres, bem como um instrumento de divulgação e organização para recomendações e ações de combate à opressão, exploração e violência em diferentes níveis. O ciberfeminismo se configura como um movimento social que transcende fronteiras e reúne mulheres de diferentes classes sociais, religiões, raças/etnias para se envolverem na ruptura num processo de comunicação e resistência. (CRUZ; NASCIMENTO, 2021, p. 22)

A heterogeneidade de discursos nos espaços feministas online pode ser compreendida como lugares de estabilização, com o conceito de “heterogeneidade não-mostrada” com a diversidade de vozes e perspectivas permite uma representação mais inclusiva e diversificada dentro do movimento feminista, embora também possa levar a conflitos e tensões devido a diferenças ideológicas ou políticas entre os grupos. O discurso é influenciado por fatores sociais, históricos e ideológicos, e a relação entre língua, sujeito e história é explorada para compreender sua construção. (ZARPELLON, et.al., 2020)

De acordo com a etnografia digital⁹ o ativismo online está contribuindo para um novo cenário de mídia que repensa a representação das mulheres, promove o empoderamento feminino e desafia estereótipos de gênero. Além de demonstrar a importância contínua do feminismo na busca por igualdade de gênero e pelo fim da violência contra as mulheres. A reconfiguração das formas de ativismo feminista pelo ciberfeminismo é a apropriação das tecnologias pelos movimentos sociais como forma de ativismo político. Assim, não se pode mais considerar um ativismo exclusivamente online ou off-line, pois as duas esferas estão interligadas na contemporaneidade. (ZARPELLON, et.al., 2020)

Nesse contexto, a luta contra a invisibilidade das mulheres está sendo travada não apenas no plano concreto, mas também no virtual. A internet tem se estabelecido como uma esfera que oferece voz a grupos marginalizados, proporcionando não apenas visibilidade, mas também a busca por soluções para os problemas resultantes de uma cidadania vulnerável. Da conscientização às denúncias, a rede se tornou um dos espaços políticos e sociais mais ativos para a construção de pontes entre instituições e cidadãos. A internet é considerada um componente essencial do espaço público, em que as preocupações e iniciativas da sociedade podem ser expostas, e têm o poder de construir a realidade e promover a interação entre os cidadãos. (TEIXEIRA; DE SOUSA, 2016)

Desta feita, é importante mapear as manifestações da atuação feminista nas redes no contexto específico do Brasil, pois são espaços de organização, mobilização e luta social que fortalecem a resistência e propõem ideias focadas em melhorar as vidas das mulheres e consequentemente da sociedade como um todo. Ao explorar as redes sociais Facebook, Instagram e Twitter é possível apresentar um panorama da atividade online feminista e transfeminista brasileiras. Em pesquisa de CRUZ e NASCIMENTO (2021) foram feitas buscas nos seguintes descritores: Marcha, Frente Feminista, Frente Trans Feminista, Coletivo Feminista, Coletivo

9. É um método de pesquisa interpretativo e investigativo sobre o comportamento cultural e de comunidades online, que se baseia na ideia de que os comportamentos no ambiente virtual afetam os comportamentos fora dele. Os pesquisadores se inserem nos espaços virtuais, mediados por computadores, para observar e participar desses ambientes online e entender como as interações são influenciadas por fatores sociais, culturais e tecnológicos. Essa abordagem é amplamente usada em estudos de comunicação, sociologia, antropologia e outras áreas das ciências humanas e sociais. Disponível em :https://en.m.wikipedia.org/wiki/Online_ethnography

Trans Feminista, sendo que no termo Marcha considerou-se apenas perfis com agenda feminista e transfeminista. Como resultado, foram acessadas 438 páginas, quais sejam: 434 perfis feministas (99,1%); e apenas 4 transfeministas (0,9%). Nota-se maior representatividade dos Coletivos: “295 (67,3%); na sequência as Frentes: 98 perfis (22,4%) e a menor soma nas Marchas: 45 (10,3%).[...] Da totalidade, o Facebook aglutinou maioria: 376 perfis(85,8%); o Instagram 48 páginas (11%); e o Twitter: 14 (3,2%).”(CRUZ; NASCIMENTO, 2021, não paginado)

Observa-se que nas últimas décadas, várias formas de engajamento ativista foram criadas por coletivos femininos na web 2.0. Nesse espaço, movimentos de resistência são promovidos por meio de ferramentas tecnológicas com o objetivo de difundir ideais e agendas feministas que ampliem o acesso a diversas vozes. No Brasil, esses coletivos, predominantemente liderados por mulheres jovens, têm como missão democratizar o acesso à informação e dar destaque ao protagonismo feminino no jornalismo. Eles atuam em campanhas de conscientização, como #CarnavalSemAssédio e #MamiloLivre, e produzem conteúdo jornalístico feminista, como a revista online AzMina e o Think Olga. Além disso, outros grupos, como o Valkírias, oferecem uma perspectiva feminista sobre a cultura pop, enquanto a Agência Patrícia Galvão divulga notícias e dados relacionados aos direitos das mulheres brasileiras. Esses coletivos têm o poder de envolver uma ampla audiência, fornecendo informações acessíveis e promovendo a interação dos usuários por meio de comentários e contribuições na produção de conteúdo. (JÚNIOR; DOS SANTOS; LEITE, 2021, p. 116-132)

O debate contemporâneo sobre o ciberfeminismo e seu uso na mobilização feminista, destaca como a internet e as redes sociais estão transformando a participação política das mulheres e a interconexão de suas lutas para além das fronteiras. A ONG feminista Think Olga, desde 2013 publica conteúdo relacionado a questões de gênero, violência contra a mulher e machismo. As publicações da Olga fortalecem o ativismo digital, e conquistou grande visibilidade por meio de campanhas nas redes sociais, denuncia a violência contra as mulheres e promove o empoderamento feminino, com ações que têm gerado visibilidade e engajamento, conectando mulheres e ampliando a conscientização sobre questões de gênero. (SILVA ALMEIDA; SOARES, 2018)

A abordagem do ciberativismo é uma resposta à necessidade de capacitar as mulheres a falar e resistir contra qualquer forma de violência. No entanto, ainda é possível encontrar, nos meios de comunicação tradicionais, nas TICs e na sociedade em geral, o machismo, a misandria (repulsa, desprezo ou ódio contra o sexo masculino), a misoginia (repulsa e ódio pelo sexo feminino), a violência física e sexual, bem como disparidades em detrimento das mulheres. A Think Olga vem criando campanhas¹⁰ para incentivar mulheres a compartilhar suas histórias de violência, em que destaca a importância do ciberativismo e do ciberfeminismo na denúncia de casos de violência e na conscientização sobre o tema. Além disso, mostra como as redes sociais podem influenciar os meios de comunicação de massa, e tem sido uma ferramenta efetiva para denunciar a violência contra as mulheres e expor esse comportamento prejudicial na sociedade. (SILVA ALMEIDA; SOARES, 2018)

Ao seguir os princípios do ciberfeminismo, inspirados por Donna Haraway, o grupo “Não Me Kahlo” se envolve profundamente com dados e pesquisas sobre o tema, enriquecendo o diálogo. Assim desempenham um papel fundamental na educação e informação sobre o patriarcado e suas consequências, reconhecendo a luta que envolve conscientizar e fazer com que os outros compreendam tais conceitos. Em geral, suas seguidoras se manifestam junto as idealizadoras da página que atuam motivadas por um sentimento de empatia, impulsionando o agir para aquelas que podem ainda não ter a força necessária para romper o silêncio e interromper o ciclo de violência. (GARCIA; FARNESE, 2022, p. 9-32)

Tratam-se de perfis que compartilham uma agenda ativista, promovendo uma identidade coletiva com destaque para o combate à violência contra a mulher e aos estereótipos de gênero. Muitas delas são compostas por um coletivo de ativistas anônimas que conquistaram popularidade nas plataformas online, abordando questões relacionadas ao racismo e desigualdades de classe, refletindo a mobilização social em torno desses temas no país, com narrativa politizada e reivindicativa, também destaca a violência contra a mulher. É importante observar que muitas vezes agem

10 A campanha #PrimeiroAssédio foi criada em resposta ao assédio sexual explícito que Valentina, uma menina de 12 anos, enfrentou no programa Masterchef Junior Brasil, revelando a sexualização de meninas normalizada na sociedade.

influenciadas pelos contextos políticos e sociais do país. (FERREIRA; ARAÚJO, 2023, p.41-43)

Historicamente, a imprensa feminista tem sido manifestada de diversas maneiras, desde panfletos, jornais impressos, zines (aglutinação de *fan magazine*) até os contemporâneos blogs, sites, podcasts e redes sociais. Diferentes grupos de mulheres em diferentes períodos históricos têm produzido formas alternativas para utilizar os veículos de comunicação como um espaço de luta. Desde o século XIX, já existiam registros de jornais feministas ou voltados às “causas femininas” escritos por mulheres. A história da imprensa feminista é escrita em meio a altos e baixos, entrelaçada à história do movimento feminista, e várias dificuldades foram superadas, desde questões financeiras até censura moral relacionada aos assuntos abordados. (MIGUEL; et. al., 2019, p.47) Nesse sentido, pode-se entender o jornalismo com perspectiva de gênero como aquele “que pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero, permeado na transversalidade e com uma própria ótica de cobertura jornalística.” (MIGUEL; DOS SANTOS, 2022, p.173)

Nos anos 1970, a imprensa feminista desempenhou um papel fundamental nas lutas do feminismo de “segunda onda”, abordando questões como o enfrentamento ao patriarcado, o direito ao prazer e a autonomia sobre o próprio corpo. No contexto da ditadura militar brasileira, os jornais feministas também contribuíram para a resistência política. Na “terceira onda” do movimento feminista, foi nas críticas ao movimento burguês-liberal levando em consideração categorias como raça e gênero, e o conceito de interseccionalidade, que contribui para a compreensão das múltiplas opressões que se articulam entorno do gênero. (MIGUEL; et. al., 2019, p.48)

É importante enfatizar e compreender como esses espaços acolhem discursos que fabricam a subjetividade feminina na contemporaneidade. No contexto da quarta onda do movimento feminista, a revista AzMina é destacada como um espaço heterotópico, onde vozes minoritárias, como a população feminina, são capazes de produzir e disseminar discursos que não encontravam reconhecimento nos meios de comunicação tradicionais. A revista, com sua equipe formada por mulheres, representa uma contraconduta, uma reação às práticas modernas de governar a vida, promovendo um fortalecimento das vozes femininas em meio a lutas e enfrentamentos. Foi possibilitada graças à democratização da internet e ao

financiamento por meio de doações e patrocínios, que sustentam a revista e permitem a amplificação das vozes femininas. (LIBÓRIO, 2023)

Um período significativo contra a violência de gênero feminino no Brasil foi durante o isolamento social da pandemia de Covid-19, ficou evidente o exercício do poder sobre os corpos femininos, que foram obrigados a permanecer em casa com seus agressores. O que resultou em um aumento substancial nos casos de violência doméstica contra as mulheres no Brasil, pois muitas mulheres não puderam denunciar seus agressores devido ao confinamento, tornando-se reféns da violência. O poder patriarcal, que coexiste tanto no âmbito público quanto no privado, desempenhou um papel importante nesse cenário, sobrecarregando as mulheres com duplas ou triplas jornadas de trabalho não remunerado e expondo-as a diversas formas de violência. A revista AzMina destacou-se como um espaço de representatividade feminina, dando voz a mulheres de diferentes grupos sociais e questionando os estereótipos de gênero presentes nos meios de comunicação tradicionais. Transgrediu as normas estabelecidas pela mídia convencional para promover um debate mais inclusivo sobre questões sociais que afetaram as mulheres durante esse período. (FARIA; ZÍNGARA, 2022, p. 403-418)

Os movimentos sociais ao longo da história buscaram melhorias nas condições políticas e sociais, e com o advento tecnológico, esses movimentos migraram para as redes sociais, ampliando seu alcance e atraindo mais participantes. O crescimento do ciberativismo representou um marco histórico na luta das mulheres, permitindo uma aceleração na disseminação de informações e mobilização. Implementou o uso de hastags¹¹ na luta por

11. Na hashtag #DeixaElaTrabalhar a jornalista Bruna Dealtry foi assediada durante a cobertura de uma partida da Copa Libertadores da América em 13 de março de 2018. No dia seguinte, ela compartilhou um trecho do vídeo em que um torcedor tentava beijá-la em sua conta no Instagram. Além disso, a ONG Think Olga, conduziu campanhas de sucesso, como "Chega de FiuFiu" e "Primeiro Assédio", que geraram debates significativos na mídia e na opinião pública. Cf. DE MORAIS BEZERRA, Mariana Lemos; DE MEDEIROS, Kalianny Bezerra. "Chega de FiuFiu": uma campanha na Internet contra o assédio sexual em espaços públicos. In XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, julho de 2016) As campanhas que tiveram início no Twitter e se espalharam para outras redes sociais, como Instagram e Facebook a primeira delas, #PrimeiroAssedio, evidenciou que a violência contra as mulheres começa na infância, muitas vezes perpetrada por pessoas próximas às vítimas, normalizando o assédio como algo próprio do sexo masculino. Já as campanhas #MeuAmigoSecreto e #BelaRecatadaedoLar, serviram para denunciar o machismo presente no cotidiano, destacando que esse sistema oprime, prejudica e está fundamentado em valores que não são mais aceitáveis na sociedade em constante evolução e transformação. Cf.